

**UMA EXPERIÊNCIA PRESIDENCIALISTA
EM PORTUGAL, 1917-1918**

ARMANDO B. MALHEIRO DA SILVA

**UNIVERSIDADE DO MINHO
CONSELHO CULTURAL**

Braga, 2002

Uma experiência presidencialista em Portugal, 1917-1918

Armando B. Malheiro da Silva

Ao Professor Doutor Victor de Sá, meu Professor, que sempre estimei e admirei como pessoa e como intelectual, apesar de algumas divergências teórico-metodológicas em torno da investigação histórica.

1

A crise política portuguesa (1890-1910)

É mais ou menos consensual na moderna historiografia portuguesa ¹ aceitar como conjuntura histórica o período que vai de 1890 a 1926. Um período balizado por dois acontecimentos marcantes: a entrega, a 11 de Janeiro, do célebre *memorandum* do Governo britânico como resposta à tentativa de Portugal ocupar as regiões compreendidas entre Angiola e Moçambique (o chamado *mapa cor-de-rosa*), que provocou uma fortíssima crise política e uma enorme indignação social de cunho nacionalista explorada habilmente pelo Partido Republicano Português; e o golpe miliar de 28 de Maio de 1926, epílogo quase inevitável de dezasseis anos de atribuladíssima aventura utópica demo-republicana, e “fundador” de um regime ditatorial (émulo nos anos trinta do fascismo europeu) que, com várias nuances político-institucionais e sócio-económicas, se prolongaria até 25 de Abril de 1974.

Uma conjuntura de crise política e social, que foi, também, de crescimento demográfico e de desenvolvimento económico e cultural.

Até finais de oitocentos Portugal teve uma população de cerca de cinco milhões e meio de habitantes, ocupando-se, em 1890, 61% do total nas actividades do sector primário (em 1911 a percentagem desceu só para 57%), 18,4% (21% em 1911) no sector secundário e 20,6% (22% em 1911) no terciário. Valores eloquentes do enorme peso da ruralidade num país onde se intensificara, entretanto, o movimento de parcelamento da propriedade, um muito fraco rendimento oriundo do trabalho e uma questão social cada vez mais aguda por causa da generalização das reivindicações e conflitos entre operários e patrões. Factores que não deixaram de contribuir para o progressivo aumento do fluxo emigratório, explicado, também, pela insuficiência urbanística e a inviabilidade de alargar o efectivo demográfico das duas grandes cidades do país – Lisboa e Porto.

Factores, enfim, que travavam o desenvolvimento capitalista do país havia vários anos: mais de 40% de terras incultas; escassa e limitada mecanização da agricultura; falta de recursos naturais; excessiva fragmentação propriedade fundiária e da produção; deficiência de alguns produtos como os vinhos; ausência de mão-de-obra preparada; restrições do mercado interno, nomeadamente o fraco poder de compra da população e debilidade da integração e complementaridade entre regiões; gritantes falhas do sistema de instrução pública no respeitante, por exemplo, ao ensino técnico-profissional e à mentalidade “absentista” dos empresários portugueses. Mas apesar da confluência destes factores negativos, verificaram-se, no sector secundário, assinaláveis progressos tanto no ramo da produção de bens de consumo (têxteis, calçado, alimentação e moagem), como na construção civil, mobiliário, tabaco e refinação do açúcar, estas últimas beneficiadas pelo mercado colonial. Nasceram, assim, novas indústrias como foi o caso dos cimentos em 1894, das tintas e vernizes em 1888-95 e a extracção de óleos e supersfosfatos em 1900, embora tivessem sido as cortiças e as conservas as melhores sucedidas nos mercados externos. Apesar de existir uma certa diversificação de destinos de exportação (Espanha, Alemanha, Grã-Bretanha, países do Norte e Brasil) o ritmo de crescimento das exportações foi lento, muito moderado e inferior ao do produto nacional bruto.

Crítica e difícil foi, sem dúvida, a situação financeira que nos anos oitenta se abateu da bancarrota. O modelo económico e financeiro desenhado pela Regeneração (iniciada após o golpe militar do Duque de Saldanha em 1851) e concretizado por Fontes Pereira de Melo baseava-se no aumento da dívida pública e do défice orçamental. Este indicador cresceu acentuadamente durante a governação progressista de José Luciano de Castro (1886-90)² a par da subida do défice comercial – chegou aos 100% de 1885 a 1890, o que tornava a economia e as finanças portuguesas muito vulneráveis às conjunturas internacionais. Daí o forte impacto da crise de 1891-92: a brusca queda das remessas dos emigrantes no Brasil, causada pela baixa do câmbio Rio de Janeiro/Londres, complicou drasticamente o (des)equilíbrio financeiro, ficando o Estado português na impossibilidade de cumprir os compromissos internacionais assumidos com o *Baring Brothers* e o *Crédit Lyonnais*. A saída para o problema foi logo ensaiada pelo Governo Dias Ferreira (1892-93) – negociações com os credores externos, contenção das despesas públicas e agravamento dos impostos indirectos –, mas como parte significativa dos rendimentos do Estado provinha dos direitos aduaneiros e de outros impostos indirectos ficou, a prazo, comprometida a resolução da crise. É que cerca de metade das receitas cobradas nas alfândegas não visava proteger a produção nacional, mas apenas equilibrar as contas públicas³.

No plano político-institucional a fase áurea do modelo rotativista, baseado na alternância no Poder entre o Partido Regenerador e o Partido Progressista e na função constitucional moderadora da Coroa, não sobreviveu ao impacto do *Ultimatum*, ao “estilo” temeroso, conservador e anacrónico das duas novas lideranças partidárias (o regenerador Hintze Ribeiro e o progressista José Luciano), a vocação mais interventora do novo rei – D. Carlos, que sucedeu ao pouco interventivo D. Luís – a conselho de alguns amigos de Oliveira Martins (teorizador de um “cesarismo” orgânico e reformador) e à aguerrida entrada em cena da “geração activa” republicana (António José de Almeida, João Chagas, Afonso Costa, Alexandre Braga, Brito Camacho, Ana de Castro Osório, etc., etc.). O resultado prático da conjugação destes e de outros aspectos manifestou-se na desintegração dos dois grandes partidos: o conflito entre Hintze e seu “delfim” João Franco levou este a juntar os seus amigos e adeptos fundando o Partido Regenerador Liberal (em 1901) e o confronto de José de Alpoim com o seu “pai” político (José Luciano) tornou irreversível a criação da Dissidência

Progressista. O aparecimento destas cisões provocou uma reacção defensiva de Hintze e de José Luciano, muito frágil e dependente da força do poder moderador do rei. E quando D. Carlos, em Maio de 1906, chamou João Franco para constituir Ministério, quebrando, assim, a regra rotativista que seu pai sempre mantivera, tentou responder ao apodrecimento grave do sistema político e acabou por se envolver numa “jogada” de alto risco que terminaria no seu homicídio e o do príncipe Luís Filipe, a 11 de Fevereiro de 1908.

Nesse interim, decorreu a experiência franquista, iniciada com um cariz liberal e ofensivo (pretendia “jogar” no campo dos republicanos e esvaziar-lhes a iniciativa propagandística) e abruptamente interrompida sob o labéu de “ignominosa ditadura”⁴. A inesperada subida ao trono do jovem e imberbe D. Manuel II, convertido a uma estratégia de “acalmção”⁵, trouxe algumas esperanças, mas foi insuficiente para travar o descontentamento dos estratos urbanos, das elites e dos próprios apoiantes do regime. A queda da Monarquia surgiu, pois, como um desfecho anunciado...

2

As debilidades e desvios da república “forte” – 1910-1917

Chegou, sem dúvida, o momento de apresentar uma personagem central neste estudo. A sua curta e trágica trajectória integra-se plenamente no “clima” da conjuntura em que viveu. Pode, pois, dizer-se, que Sidónio Pais foi necessariamente filho do seu tempo...

Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais foi um discreto filho e neto de tabeliães liberais, nascido em Caminha a 1 de Maio de 1872. Primogénito de seis irmãos⁶, ficou orfão de pai na Sertã aos 11 anos, fez-se soldado com “gosto por fardas” e por exigência de um lar materno sem grandes recursos, estudou em Coimbra e aí conheceu algumas das principais figuras da chamada “geração activa”, rumou para Lisboa na fase traumática do *Ultimatum*

inglês, partilhou as esperanças e as frustrações do 31 de Janeiro de 1891, tornou-se artilheiro na Escola do Exército em 1892, sorveu doses fortes de positivismo e de cientismo politécnico, afastou-se muito discretamente de Deus e da Monarquia, aderiu às “ideias avançadas” veiculadas pelos republicanos e às propostas socializantes de Émile Zola, tirocinou em diversas unidades de Artilharia do País, onde conheceu, entre outros, o major Fernandes Costa ou o médico-militar Manuel Brito Camacho, seu futuro amigo, mentor e patrono político, e deu nas vistas pela sua reserva, timidez, exemplar conduta, boa agilidade física, inteligência e disciplina.

Despachado, em 1893, para Amarante, reencontrou aí condiscípulos e aí casou com D. Maria dos Prazeres Martins Bessa, sobrinha de um notável local do Partido Progressista, correligionário e amigo íntimo de António Cândido, a quem ficou a dever o regresso a Coimbra para conclusão do curso nas Faculdades de Matemática e de Filosofia, bem como as facilidades necessárias no meio castrense para se habilitar a todos os actos, rematados pela “colação” no “grau de doutor”, e para concorrer com êxito a um lugar posto a concurso de lente substituto na primeira daquelas duas Faculdades⁷.

Não deixou de se sentir soldado, mas trocou, então, os quartéis pelo “Paço das Escolas”, trocou Marte por Minerva, preferindo a condição de pedagogo à de cientista-investigador. Deu aulas por gosto e por necessidade...

Não hesitou, por isso, em concorrer, no ano de 1902, a um lugar de professor na Escola Industrial Brotero e, mais ou menos por essa altura, em leccionar no moderno e prestigiado Colégio S. Pedro. Na Brotero não tardou a sentir-se como “peixe na água” – pôde praticar um ensino não “sebenteiro”, teórico-prático, destinado às classes trabalhadoras, e dar largas à sua vocação politécnica, estimulada pelo encargo, assumido com entusiasmo e rigor, de dotar a Escola de luz eléctrica. Em 1905 era nomeado Director desse estabelecimento de ensino, cargo que manteve ininterruptamente até 1911, dando um decisivo contributo para a valorização do ensino técnico-profissional e colhendo dessa enriquecedora experiência uma particular sensibilidade para a chamada “questão social”, assim como preciosos contactos com o “universo” técnico-administrativo do Ministério “fontista” das Obras Públicas.

Enquanto se repartia por três escolas e se devotava à direcção de uma delas, agitando-se também ao nível da sua vida afectiva e sentimental, a Monarquia agonizava inexoravelmente sob o reinado cada vez mais impopular de D. Carlos, a falência do rotativismo, a sucessão de escândalos, o proclamado agravamento da “crise moral”, política e económica do reino... E nesse transe agónico a figura de João Franco e a sua “táctica” de reforma musculada do sistema, na linha dos precedentes apelos de “Vida Nova” e de “cesarismo régio”, desafiaram a crescente propaganda republicana para um duelo definitivo que marcaria o rumo das próximas duas décadas. A curta experiência franquista acabaria por fulminar o regime monárquico e impressionar profundamente os coevos e em especial a geração de moços que despontava no ensino universitário e politécnico. Sidónio Pais associou-se à onda de revolta e de indignação moral que sacudiu a sociedade portuguesa de então: para ele o pecado maior de João Franco e de D. Carlos consistiu em desprezar a vontade do Povo. A ditadura foi, além do mais, inepta e nada hábil face ao súbito e agitado conflito da famosa greve académica de 1907, vivida por Sidónio numa duplicidade incómoda: o seu modo de estar e de ser militar e lento, sujeito ao dever da obediência, impunha-lhe uma prudente reserva pública em termos de acção política, mas a consciência ditava-lhe a necessidade moral do protesto. A ruptura era iminente e de algum modo acicatada pela apazível leitura dos demolidores artigos de Brito Camacho em *A Lucta...*

E a ruptura manifestou-se em 1908 quando o inócuo convite da sua Faculdade para recitar, na solene Sala dos Capelos, a *oração de sapiência* da habitual abertura do novo ano lectivo lhe proporcionou o ensejo de dizer claramente o que pensava sobre o ensino na velha e tridentina Universidade de Coimbra, onde se misturavam numa aberrante promiscuidade o *serviço de Deus* e o *serviço de Minerva*. Num estilo despojado e geométrico propôs a modernização da Universidade, a expansão de um ensino teórico-prático indispensável à nova era de progresso científico, tecnológico e civilizacional e a valorização do aluno como ser estimulado a pensar e a interrogar-se com o que aprendia. Foi aplaudido e censurado dentro e fora da *Alma Mater*. De surpresa e em tom seguro “disparara” frases certeiras e incómodas contra o *statu quo*. Não há, porém, no seu discurso explícitas críticas ao sistema político, mas há, sem dúvida, um programa claro de acção que, nesse mesmo ano de 1908, pôs em prática, ao impulsionar em Coimbra a extensão educativa através da Junta

Regional da Liga de Educação Nacional com o entusiástico contributo de colegas lentes progressistas e de alunos promissores como Bissaia Barreto e Mira Fernandes. A partir de então não conseguirá reprimir facilmente a apetência de uma intervenção cívica visível e comprometida. Belisário Pimenta – antigo discípulo, rival político-partidário e militar republicano residente em Coimbra – ouviu-o numa sessão de homenagem ao operário Adelino Veiga e deixou escrito que ele “*se mostrou quasi republicano*”. Foi em 7 de Março de 1909, pouco antes de partir para uma primeira missão trimestral de estudo em Paris, repetida no ano seguinte com um plano de estudos mais leve e com tempo e apetência para acompanhar pela imprensa a política francesa, nomeadamente, as eleições legislativas de Abril.

A 5 de Outubro de 1910 concretizou-se, finalmente, a revolução republicana em Portugal, desencadeada com o decisivo apoio de muitos civis e carbonários recrutados entre os marujos, os sargentos, os caixeiros e os populares dos bairros pobres da capital. Após momentos dramáticos de incerteza e de desânimo a sorte das armas decidiu-se a favor da Esperança verde-rubra na Rotunda por um punhado de resistentes. Ao lado deles esteve Alberto da Silva Pais, oficial de Infantaria e um dos “heróis do Cuamato”. Seis anos mais tarde – a 13 de Dezembro de 1916 – voltará a estar junto de Machado Santos num golpe falhado que os levaria à prisão, só de lá saindo um ano depois graças ao golpe vitorioso do irmão Sidónio. Mas este, nas vésperas do 5 de Outubro de 1910, não conspirava. Intuia apenas ser inevitável e essencial o despertar do “*Luminoso dia de redempção da minha Patria*”, que, enfim, chegara...

Em Coimbra o lente “*quasi republicano*” foi prontamente recrutado pela República para a servir como Presidente da Câmara Municipal, Vice-Reitor da Universidade, Administrador do Concelho interino e, por sugestão de Brito Camacho, membro do Conselho de Administração dos Caminhos de Ferro Portugueses. Os estudantes monárquicos alcunharam-no de “acumulador” e até alguns correligionários suspiraram pela sua saída de certos cargos para que os próprios ou outros amigos pudessem usufruí-los. Cedeu “sem ruído” às críticas, mantendo-se a leccionar na Faculdade, a dirigir a Brotero e a exercer a função de Administrador da C.P. com crescente visibilidade: durante a greve dos ferroviários, então ocorrida, mostrou-se fexível e sensível às reivindicações dos trabalhadores. Em Fevereiro iniciou-se na Loja Estrela

d'Alva do rito escocês, adoptando o nome simbólico de Thomas Carlyle. Declarou, então, no respectivo *testamento de iniciação* que o dever do homem para com os seus semelhantes era o de "*Sacrificar-se pelo bem d'elles*"; o seu ideal devia ser o "*heorismo no sentido mais largo do termo*"; e esse sentido traduzia-se no mais puro "*sacrificio pela collectividade na defeza da justiça, da verdade e do Bem*". Justificou, assim, não só a escolha de um nome simbólico, mas também a motivação ideológica profunda para mais altos voos na nova ordem política. Voos de deputado, ministro, diplomata...

A precária unidade interna dos vencedores republicanos degenerara facilmente em divisionismo e em desenfreada luta pelo Poder, a tal ponto que, em Fevereiro de 1911, o Encarregado de Negócios da Legação dos E.U.A. em Lisboa informava Washington da indiscutível existência no seio do Governo Provisório de três partidos rivais, cada um deles constituído em torno de Afonso Costa, de António José de Almeida e de Brito Camacho, os quais se mostravam, aliás, preocupados apenas com "*os seus interesses pessoais e de facção, e não com os do país*". E o mesmo informador acrescentava que eles discordavam em diversas matérias, designadamente, no modo de organizar o próximo acto eleitoral: Costa pretendia um sufrágio restrito, Almeida um sufrágio universal e Camacho não via inconveniente nenhum em que fosse usada a lei em vigor na derradeira fase da Monarquia Constitucional.

Em pé de guerra contra estes líderes políticos parecia estar Machado Santos e seus companheiros, que ameaçavam fazer "nova revolução" se as eleições não fossem marcadas no mais curto prazo. Cada qual tinha, pois, os seus motivos e as suas conveniências tácticas, mas não há dúvida que a legitimidade e o reconhecimento internacional do regime dependiam de um processo eleitoral capaz de inaugurar um novo ciclo jurídico-constitucional e governativo. À última hora, o Directório do P.R.P. encarou com urgência esse desiderato, impondo a revisão acelerada dos cadernos de recenseamento e os nomes das listas de candidatos contra a vontade de várias comissões locais. Por provável manejo de Brito Camacho pôde Sidónio Pais ser acolhido no círculo eleitoral vizinho de Aveiro e integrado nas listas oficiais. As eleições para a Assembleia Nacional Constituinte efectuaram-se no dia 28 de Maio por sufrágio restrito directo, com baixos graus de democraticidade e de transparência, habituais desde 1834!... E entre os duzentos e vinte e nove deputados eleitos ficou a

constar Sidónio Pais com dois mil setecentos e dois votos, que o lançaram numa carreira política ascensional e fulgurante, bruscamente interrompida a tiros de revólver na Estação do Rossio cerca de sete anos depois...

Num hemisfério dominado pela presença de médicos, de juristas e de militares profissionais sobressaíram interessantes divergências àcerca de vários aspectos, sendo de destacar a significativa falta de consenso no respeitante ao modelo parlamentarista, à articulação entre o Poder Executivo e o Legislativo, à existência ou não da figura do Presidente da República, ao reforço das atribuições presidenciais, à introdução de um Senado corporativo aberto à representação dos interesses sócio-profissionais, etc.

Apesar de uma prestação irregular e discreta, Sidónio Pais não deixou de se preparar para a exigente tarefa que aceitara assumir e entrou de forma discreta no debate. Fê-lo mesmo fora da Assembleia, mais precisamente numa entrevista concedida ao jornal *A Liberdade* de Aveiro, tendo dito que nenhum dos três sistemas conhecidos lhe parecia adaptável ao seu país: o parlamentar seria o regresso ao passado; temia o regime presidencial americano que a breve trecho podia transformar o presidente num despota; e o ideal seria uma República democrática, mas "*nem n'isso devemos pensar*". Deste seu lacónico depoimento depreende-se que não estava totalmente seguro sobre o caminho a seguir, mas rejeitava o parlamentarismo e o sistema partidário da Monarquia, defendia racional e emocionalmente o princípio básico da soberania popular, preferia o modelo suíço, embora não o julgasse possível em Portugal dado o atraso educativo e cultural da população, receava, como muitos dos seus correligionários, o presidencialismo à americana porque a personalização do Poder podia degenerar em despotismo, punha reservas a uma representação corporativa do Senado, que Egas Moniz propusera com entusiasmo, por se tratar de uma novidade ainda pouco testada e uma via aberta ao eventual controlo das classes conservadoras e reaccionárias e não lhe repugnava, tendo em vista níveis aceitáveis de eficácia disciplinadora, um Executivo moderadamente forte, dotado de certa dignidade e operacionalidade em matérias sensíveis como a financeira⁸.

De acordo com tais parâmetros, o sentido geral das suas intervenções e propostas situava-se num *juste milieu* próximo do sentir do grupo camachista

e firmado nas seguintes premissas: a República não podia cair nos erros do passado, o equilíbrio e a independência concreta entre os três Poderes era mais pertinente que a fixação teórica dos seus limites e a vontade popular tinha de ser escrupulosamente atendida e respeitada. Esta prudente busca de equilíbrio(s) animou, aliás, a maioria dos constituintes, mas não os impediu de aprovarem uma nova Lei Fundamental da Nação acentuadamente parlamentarista e desprovida do mecanismo regulador da dissolução exercido pelo Presidente da República. Uma deficiência, entre outras, que levará ao bloqueio do sistema e ao recurso a soluções extra-legais de acesso ao Poder.

Outro ponto problemático consistiu na irreversível fragmentação do P.R.P. em Outubro de 1911, facto que desconhecemos se Sidónio Pais achou ou não oportuno naquele momento, mas é sabido que, graças à grande amizade com Brito Camacho e sem cortar com as propostas de outros correligionários diferentemente posicionados, tais como Machado Santos e Egas Moniz, aderiu de imediato a uma das novas formações partidárias republicanas, convertidas em meras réplicas dos defuntos partidos rotativos da Monarquia.

A quebra de unidade do P.R.P. embora justificada e aceite à luz dos princípios da cartilha democrática, apregoados sem cessar, não foi bem “digerida” pelo próprio movimento republicano causando graves perturbações no funcionamento do sistema político. Com efeito, a vocação unitária e reformadora do Partido conferira-lhe extraordinária força e credibilidade durante a oposição combativa ao regime monárquico conseguindo mesmo integrar no seu discurso a importante “questão social” e deixar, assim, o Partido Socialista sem grande espaço de manobra. Não admira, por isso, que de um Basílio Teles a um Campos Lima fosse preconizado o prolongamento de uma forte coesão ideológica e prática da “vanguarda” republicana para a modernização integral do país. E o curioso é que os defensores do pluripartidarismo oscilaram entre polos extremos e contraditórios: ora mostraram, no desenrolar do processo político, dificuldade em partilhar o Poder (o P.R.P./Partido Democrático de Afonso Costa, sem dúvida, o maior e melhor organizado, tendeu sempre, sem nunca o admitir explicitamente, a ser dominante e a excluir os seus concorrentes), ora, ao mínimo pretexto de ameaça externa ou de perturbação interna, não hesitaram apelar à unidade essencial das forças republicanas, o que revela uma instável “oscilação” entre o *sistema de partido monolítico* e o *sistema partidário competitivo*.

Quebrada a unidade partidária do campo republicano tornou-se inevitável o forte acréscimo da instabilidade e da conflitualidade ao nível do sistema do Poder, numa espiral de tentativas falhadas para consensualizar diferentes sensibilidades e tendências doutrinárias e culturais, diferentes interesses sócio-económicos em jogo ou diferentes tácticas de republicanização/moralização da vida administrativa do país. O Partido Democrático/P.R.P. não conseguiu, de facto, liderar consensualmente a unidade activa de todos os republicanos em sintonia com o sentir e o pulsar da sociedade portuguesa – uma sociedade em plena crise de mudança e de crescimento. Tarefa essencial que falhou em todas as direcções: à direita, como sucedeu em 1911-1912 através da efémera convergência de unionistas e de evolucionistas – os *blocards* segundo Câmara Reis – em torno da eleição de Manuel de Arriaga para Presidente da República ou em 1915 na última cartada deste velho republicano da geração de 70 ao apostar tudo na breve e desconcertante governação de Pimenta de Castro interrompida pelo 14 de Maio de 1915; e à esquerda, como facilmente se constata de 1913 a 1917, durante as experiências partidários e de “concentração” dominadas pelos democráticos.

O caso da “ditadura” pimentista, surgida por iniciativa pessoal de Manuel de Arriaga com o propósito específico de preparar eleições, nasceu, aliás, da preocupação crescente entre os “moderados” de colocar a prática republicana acima da lógica partidária, de forçar o partido de Afonso Costa a uma alternância no Poder e de esbater o contencioso com as forças conservadoras – católicas e monárquicas – na expectativa de elas virem a aceitar pacificamente a República. A tentativa foi, como se sabe, mal sucedida, inclusivé por inépcia dos seus mentores e agentes e por resistência implacável dos democráticos, mas o seu objectivo manteve-se cada vez mais prioritário – integrar o país no regime através de métodos mais subtis e suaves que os aplicados pelos activistas do novo P.R.P./P.D. e criar condições de estabilidade para uma profunda e longa obra de fomento.

Sidónio Pais foi *blocard* e participou nos dois primeiros Governos constitucionais. A sua actuação na pasta do Fomento e integrado num elenco *bloquista* presidido por João Chagas quase não passou do plano das intenções, gizadas, aliás, em estreita cumplicidade com Brito Camacho, seu antecessor. Na das Finanças do “Gabinete” Augusto de Vasconcelos viu-se obrigado a

preparar dois Orçamentos – o de 1911-12 e o de 1913 – sem conseguir eliminar o famigerado *deficit*, embora tenha apontado com clareza a solução – era urgente aplicar uma “lei travão” que reduzisse e disciplinasse as despesas públicas. Exactamente a mesma terapia adoptada com sucesso, em 1913-14, por Afonso Costa à frente das Finanças no seu primeiro elenco governativo. Ao fim de alguns meses de frenética actividade e de desgastantes interpelações na Câmara dos Deputados e no Senado ficou à beira de um cansaço cerebral ou, como ele próprio escreveu numa carta para a mulher, “(...) quando estive em Lisboa neurasthenico”...

Agradou-lhe, por isso, mudar de posto sem sair da esfera política e conseguiu ir para Berlim. A chefia da Legação – uma das cinco mais importantes para a execução da política externa portuguesa – continuava vaga, tendo sido levantadas objecções pela Chancelaria imperial ao nome de Bernardino Machado que o Governo de Lisboa propusera em inícios de 1912. As autoridades alemãs queriam alguém *menos comprometido* com a propaganda antimonárquica e com a obra revolucionária do Governo Provisório. Em face disto Augusto de Vasconcelos superou o embaraço e a falta de boas alternativas escolhendo o seu ex-Ministro das Finanças para esse lugar, mas confessou a João Chagas que o indigitado não tinha a “*maleabilidade*” necessária.

O termo é vago e enigmático. Permite, porém, supor que a missão exigia imenso tacto e charme. Sidónio Pais procurou, à sua maneira, não desiludir. Na capital do II Reich, muito distante e isolado das entidades que representava, tentou melhorar a má imagem da 1.^a República veiculada pela imprensa, fomentar as relações económicas entre os dois países e resolver de forma conciliatória os incidentes de natureza colonial que de 1913 a 1916 afectaram as relações luso-alemãs.

A questão colonial não lhe foi indiferente e a propósito dela escreveu em 2 de Maio de 1914 uma carta confidencial ao seu “chefe” e amigo Brito Camacho na qual dissertava sobre o estado da aliança com a Grã-Bretanha e sugeria que era chegado o tempo de agir, de revigorar a Aliança Luso-Inglesa e de clarificar a “*nossa politica externa, que não póde continuar a viver au jour le jour*”, parecendo-lhe também indispensável uma “*politica de fomento colonial*

adequada". Quanto à participação de Portugal no teatro de guerra europeu ao lado da *Triple Entente* mostrou-se, desde a primeira hora, adepto da *neutralidade condicional*, em estreita sintonia com a tese defendida por Freire de Andrade, Ministro dos Negócios Estrangeiros do 2.º Governo de Bernardino Machado, e expendida por Brito Camacho nas páginas de *A Lucta*. E até à declaração de guerra da Alemanha em 9 de Fevereiro de 1916 tudo fez para evitar o corte de relações ou a subsequente fase de beligerância activa. Fê-lo não por germanofilia, no sentido pejorativo do termo, mas por excessiva prudência e por indiscutível receio que a entrada no conflito, fora do teatro africano, representasse um grande perigo para a República e para a sobrevivência económica e política da Pátria. Curiosamente, os guerristas convictos recearam as mesmas consequências pela razão inversa. E daí uma profunda discordância táctica que legitimou o uso e o abuso, sobretudo por parte dos defensores da intervenção, de todos os argumentos (recriminações, suspeitas, mentiras, etc.) capazes de anatemizar os renitentes a essa opção estratégica, legando em herança um discurso mistificador que a historiografia científica tem reproduzido e aceite com confrangedora "ingenuidade"!...

A campanha a favor da intervenção militar de Portugal ao lado dos Aliados contra o imperialismo "*militarista e sanguinolento*" dos *boches* foi assumida e proclamada pelos democráticos em termos de desígnio nacional e patriótico, mas na prática serviu várias convicções numa só: era indispensável defender no *front* as colónias (cujos deploráveis níveis de fomento tinham justificado a cobiça de ingleses e de alemães), a inviolabilidade face ao perigo espanhol e a sobrevivência e projecção internacional do regime republicano. Um triplo desiderato que dividiu a opinião pública e que, na sua essência, pouco tinha a ver com os *clichés* da aliadofilia ou da germanofilia: uns viram chegada a grande oportunidade do engrandecimento da Pátria, que justificava todos os sacrifícios; outros perguntaram-se se a neutralidade não seria mais condizente com os interesses estratégicos e as deficiências estruturais do país. De um lado, o ímpeto visionário e megalómano de terçar armas como gigantes pelo bem da Humanidade; do outro, o receio de um passo em falso que compromettesse irremediavelmente o futuro de Portugal. Os guerristas acabaram por impôr o seu ponto de vista, atrelando-se à velha Aliada, mas não lograram envolver no projecto a "família" republicana, nem tão pouco os oficiais e os soldados embarcados aos milhares, em condições precárias de treino, de

moral e de meios, para o inferno pútrido e dantesco das trincheiras, onde haveriam de sofrer a chacina de 9 de Abril de 1918.

O esforço económico dispendido nessa arriscada aposta não foi acompanhado de medidas eficazes que atenuassem o agravamento das condições de vida (subida exponencial dos preços, pauperização agravada, sobretudo, nos centros urbanos, actos espontâneos de desespero tais como greves, assaltos, pilhagens...), a falta de consenso político-partidário ou a chocante desmoralização da vida político-administrativa do país. Multiplicaram-se, portanto, os efeitos perversos de uma iniciativa que alegadamente visava a grandeza futura de Portugal.

A *Union Sacrée* à portuguesa, ensaiada logo após a entrada formal no conflito, nasceu truncada e teve vida curta, sendo por demais evidente que evolucionistas, camachistas e machadistas, de uma maneira ou de outra, tentaram sacudir para cima dos democráticos o ónus da impopularidade. Daí que em vez de serem atenuadas as fracturas, as tensões e as incompatibilidades no interior do campo republicano face ao grande desafio em curso, fossem, pelo contrário, bastante exploradas as oposições tácticas existentes com vista ao controlo da área de decisão, o que enfraqueceu e descredibilizou ainda mais o regime. E em tais circunstâncias o Exército, eivado de formação nacionalista e politécnica, foi-se perfilando, não obstante a sua porosidade à influência dos diversos partidos, como o único garante da independência nacional e a única força suprapartidária capaz de assegurar a Ordem e o Progresso. O *Movimento das Espadas* e a formação do Ministério Pimenta de Castro significou, aliás, um primeiro impulso corporativo de reacção ao “desgoverno dos políticos”, assim como o 14 de Maio de 1915 mostrou que os democráticos mantinham uma boa capacidade mobilizadora no seio da Marinha e entre “grupos” de soldados, de sargentos e de oficiais próximos dos “jovens turcos”. Em ambos os casos, o mesmo e preocupante sintoma: a crescente interferência dos militares no destino ziguezagueante da República.

Em 1916 e em 1917 os quartéis voltaram a agitar-se. Em 13 de Dezembro estava iminente a partida de efectivos para França, facto que jogou abertamente contra o êxito de uma intentona mal preparada por Machado Santos com alguns militares descontentes – entre os quais se encontrava Alberto da

Silva Pais, irmão de Sidónio, tendo este preferido afastar-se de um acto facilmente conotado com os interesses estratégicos da Alemanha. Um ano depois já não foi difícil encontrar na guarnição de Lisboa e entre as novas gerações da oficialidade voluntários dispostos a derrubar o terceiro e último Governo de Afonso Costa.

3 Características e vicissitudes da efémera experiência sidonista

O 5 de Dezembro de 1917 replicou, em termos operacionais e ideológico-políticos, o 5 de Outubro, mas só terminou vitorioso a 8, dia evocativo de Nossa Senhora da Conceição, Padroeira de Portugal...

Do ponto de vista politológico foi um golpe (concebido e feito por militares) e não uma revolução. Nasceu no seio do campo republicano, mais precisamente nas suas forças marginais e “excluídas” – no meio do descontentamento de unionistas, de evolucionistas-centristas e de machadistas, estes em ruptura há muito com a chamada “demagogia dos democráticos”. A prisão de Machado Santos e dos seus companheiros na sequência do 13 de Dezembro e o adiamento *sine die* do respectivo julgamento teve um efeito revanchista, determinante na decisão pessoal de Sidónio Pais de conspirar até ao fim, desafiando com êxito a habilidosa ambiguidade do seu “chefe” de partido.

Brito Camacho não viu outro modo de derrubar os democráticos que não fosse pela força, mas por “pudor” demoliberal e por conhecer bem os trunfos dos adversários não se atreveu a defender politicamente os seus genuínos intuitos. O “trabalho sujo” tinha de ser feito pelos militares, exclusivamente por sua conta e risco. Se conseguissem o fim almejado saíam, então, céleres do Largo do Calhariz os nomes para o Ministério da “redenção” e da reconciliação de todos os portugueses com a República, os projectos e os princípios, no topo dos quais pairava uma exigência fixa: a atribuição ao Presidente da

República do direito constitucional da dissolução parlamentar. Para Brito Camacho e para alguns dos seus amigos bastava introduzir esta correcção constitucional e fazê-la acompanhar de uma rápida convocação de eleições que ampliassem a queda do P.R.P./P.D. verificada já nas municipais de Novembro de 1917 e garantissem a ascensão dos unionistas e centristas, renovando assim o “bloco” moderado e conservador dos primevos tempos...

O problema era, afinal, o mesmo que Pimenta de Castro não soubera resolver. Três anos depois outro militar e matemático tinha o ensejo de impor a mesma solução desejada: garantir a ordem e marcar eleições para que um novo Congresso votasse a dissolução parlamentar. Camacho presentiu, contudo, que também o major lente não saberia resolver o problema posto, sendo, então, “*como político*” um “*homem liquidado*”.

Não errou no vaticínio, mas perdeu o supremo ensejo de governar Portugal, ainda que episodicamente: Sidónio Pais ao assumir a direcção do *comité revolucionário* que, em Agosto de 1917, o próprio Camacho patrocinara, dispunha-se lealmente a catapultar o “chefe” para as cumeadas do Poder, porque, em sua opinião, ele era o homem sábio, perspicaz e empreendedor que a República precisava. O líder unionista receberia de bandeja o controlo da situação e trataria logo de pôr o seu partido à frente do “bloco” das forças anti-afonsistas e conservadoras doravante influentes no campo republicano, mas ao fazê-lo expunha-se muito, concitava a “vingança” dos democráticos e dos seus temíveis militantes recrutados entre os marujos, os sargentos, os velhos carbonários e a população dos bairros populares lisboetas, saía da sua predilecta posição de *deus ex-machina* e entrava no “laboratório” da política portuguesa sujeito a “queimar-se” no decurso de mais uma experiência mal sucedida. Preferiu antes jogar pelo seguro, cedeu espaço aos seus parceiros no assalto à “cidadela do Poder” e deixou que eles se acercassem bastante de Sidónio Pais, já algo desiludido, aliás, com as reais capacidades de estadista do seu amigo Camacho.

Os jovens e entusiastas cadetes da Escola do Exército, vários alferes e capitães, que a partir do Parque Eduardo VII derrotaram as forças governamentais, tomaram conta dos Ministérios e humilharam, em Belém, o Presidente Bernardino Machado, ofereceram-se de pronto para “guarda pretoriana” e para baluarte da velha ideologia militar remoçada pelo nacionalismo, pelo

positivismo e pelo antiparlamentarismo de cariz bonapartista, boulangista ou sul-americano. Teófilo Duarte, Eurico Cameira, Botelho Moniz, quais cavaleiros da “Távola Redonda”, fizeram de Sidónio o seu “Rei Artur” na luta contra os “infiéis” da “civilização e da raça”. Machado Santos e os seus amigos da Rotunda reconheceram-lhe o direito à liderança, mas impuseram-lhe a silhueta imprecisa e inconstante da “sua” República, que outros, bem cedo, haviam desviado do “bom rumo”. Egas Moniz com o seu projecto de Partido Centrista Republicano propunha-se aplicar medidas de alcance algo premonitório e congregar dentro e fora do campo republicano a grande “massa conservadora” hostilizada pela tática voluntarista e “demagógica” dos democráticos.

O Exército, por seu turno, continuava atravessado por divisões político-partidárias e por diferentes atitudes face ao intervencionismo português na Grande Guerra de 1914-18, mas convergia cada vez mais nos apelos ao acrisolado patriotismo, à ordem e à reacção corporativa contra os ataques vindos sobretudo “das esquerdas”. Podia, por isso, rever-se na pose teatral e disciplinadora, no discurso populista e patriótico do protagonista central da nova situação. Para vários líderes do movimento operário o golpe dezembrista oferecia apenas a possibilidade de libertar sindicalistas presos na sequência da repressão dos Governos anteriores, sem abdicar, contudo, da sua postura reivindicativa e da pertinente e sedutora *revolução social* (profundamente milenarista). O posicionamento dos monárquicos irreductíveis era um misto de cansaço e de nostalgia restauracionista, a par do irrequietismo doutrinário dos moços do Integralismo Lusitano, que não influenciaram a governação, nem os planos jurídico-constitucionais da *República Nova*, ao contrário do que deixou insinuado Hipólito Raposo e tem sido repetido com insistência. Por fim, deve referir-se os católicos que desejavam a revogação da “intangível” e a suspensão definitiva da campanha anti-clerical e laicista, em troca do que se dispunham apoiar, aplaudir e, obviamente, colher o máximo possível de garantias e de oportunidades cívicas e políticas.

Dos unionistas aos católicos a heterogeneidade era grande e “babélica” mas não havia alternativa: a situação dezembrista tinha de formar com todos eles uma rede sócio-política de apoio destinada a reordenar a correlação de forças no interior do campo republicano e a integrar nele “as classes conservadoras” hostis à República.

O conceito operatório de rede, aplicado às sociedades sul-europeias em vias de industrialização, serve para melhor se descrever e entender a articulação dos estratos sócio-económicos (profissionais e culturais) com o sistema político, ou seja, a rede serve de suporte à estrutura e à acção partidárias, trazendo para o seu seio interesses classistas muito ou pouco diferenciados entre si e organizados em “*grupos de patrocínio e de pressão*” de raiz patriarcal a fim de, por esse meio, influenciarem a área da decisão (sistema de Poder). Em concreto, pode dizer-se que a rede forma-se e opera entre a base social (classista) e as instâncias superiores do Estado, mediatizando e projectando exigências básicas, necessidades e aspirações (opostas a outras) numa determinada formulação ideológico-política e na sua subsequente organização programática e funcional – o partido – vocacionada para o controlo da área institucional de decisão. Cada partido age, pois, entre o sistema político e o sistema de Poder através de redes próprias que lhe asseguram a capacidade de penetração, de mobilização e de representação junto da massa indistinta da comunidade nacional potencialmente eleitora.

Pretendemos desta forma questionar a tese segundo a qual o golpe de Dezembro recebeu ou atraiu de início o apoio directo de classes antagónicas, apoio esse que Sidónio Pais terá depois tentado desesperadamente manter em equilíbrio, mas sem sucesso. A isto opomos uma outra leitura dos dados disponíveis: o golpe de Dezembro teve o apoio inicial do segmento militar da União Republicana secundado por um ou outro militante civil (o latifundiário António Miguel de Sousa Fernandes agiu individualmente e não em representação da “classe” agrária, o mesmo não se podendo dizer do dirigente agrícola Eduardo Fernandes de Oliveira, Ministro e Secretário de Estado da Agricultura) e com extensões ao grupo de Machado Santos e a ex-evolucionistas reunidos em torno de Egas Moniz. Na origem temos, portanto, a rede sócio-política unionista cruzada com transfugas de outras redes que ajudarão a prefigurar uma rede própria, porém apenas esboçada e quase circunscrita às áreas de Lisboa, Coimbra e Porto. Uma rede frágil, sem a mínima coesão interna e baseada, afinal, na mesma matriz urbana tendencialmente republicana e composta de estratos de classe média – advogados, médicos, engenheiros, militares, comerciantes, proprietários, industriais, etc. –, de pequena burguesia – empregados de comércio, funcionários públicos, sapateiros, barbeiros, alfaiates, etc. – e de algum operariado, sobretudo as franjas urbanas mais

proletarizadas e desprotegidas. Com o desenrolar da experiência, o apoio social ao Presidente da República alargou-se, por intermédio de monárquicos e especialmente da Igreja Católica, à população das vilas, aldeias, campos e serras do país, mas sem que essa adesão se traduzisse num reforço da rede sócio-política e dinamização de um Partido Nacional Republicano – o partido governamental – realmente “frentista” e mobilizador do eleitorado.

Metido num instável “saco de gatos” Sidónio Pais começou por actuar com receio, timidez e cautela, porque se sentia, como era, aliás, típico da sua personalidade, bastante inseguro e ao mesmo tempo perturbado por uma certa “vertigem” do triunfo ou da ascensão às “altas esferas” do Poder. Aceitou os conselhos e as intromissões habilidosas de Camacho. Leu os desabafos intempestivos de Machado Santos designadamente contra a forte presença de unionistas nos primeiros dois meses do único Ministério da ditadura dezembrista (11-12-1917 a 11-5-1918). Seguiu com complacência a impetuosidade antipolítica e sobretudo antipartidocrática dos seus “cavaleiros”. Embrenhou-se no universo íntimo das suas emoções e ideias. Foi sacudido, logo a 8 de Janeiro de 1918, por uma revolta de marinheiros que serviu para exprimir a rejeição formal dos democráticos à situação criada. E decidiu, na mais pura tradição democrático-republicana, ir auscultar, em comícios, manifestações, banquetes e visitas diversas, a vontade do Povo. Reconhece-se-lhe, por essa atitude, uma vertente populista potenciada, afinal, quer pelo seu perfil psicológico, quer pelo populismo intrínseco à génese da 1.^a República.

As viagens presidenciais ao Norte e ao Sul do país, em Janeiro e Fevereiro de 1918, devolveram-lhe a auto-confiança de que tanto carecia a fim de arrepiar caminho até às últimas consequências. E a partir de então esboçou um rumo que o situou próximo dos críticos assumidos do parlamentarismo e da célebre máxima de Paul Déroulède – *“On peut être antiparlementaire et rester républicain”* –, mas incompatibilizou-o a curto prazo com os indefectíveis camachistas. Até Abril e do ponto de vista político-partidário deu-se a metamorfose da fase dezembrista ditatorial, caracterizada pela interrupção por via extra-legal ou militar da legitimidade constitucional fixada em 1911 e pela vincada supremacia dos unionistas – uma supremacia apropriada pelos centristas a partir de 7 de Março –, para a fase sidonista semi-institucionalizada, em que surgiu a República democrático-presidencialista e autoritária. O autoritarismo

emergiu nesta situação devido ao reforço do Executivo diante de uma morosa reactivação do Legislativo e ao primado da acção pessoal de Sidónio, sobreposta, de forma sincrética, ao papel dos partidos.

A fase sidonista nasceu, pois, com a legitimação por sufrágio universal de uma variante político-institucional do regime fundado em Outubro de 1910 – o presidencialismo à americana e à brasileira, merecendo, sem dúvida, especial relevo o impacte entre os republicanos portugueses do êxito e do figurino da República no Brasil em 1889.

A variante presidencialista foi divulgada e conhecida através quer de obras e traduções francesas sobre a clássica separação tripartida dos poderes e sua formatação num esquema não parlamentarista, quer de experiências concretas como as dos E.U.A. e a do Brasil, culturalmente mais próxima das elites portuguesas⁹. E ao incorporar essa variante, o sidonismo não caiu, ao contrário do que tem sido notado, numa premeditada contradição face às dúvidas e receios expressos pelo próprio Sidónio Pais em 1911 sobre o figurino americano, antes reflectiu uma tendência menos visível, mas natural, do republicanismo português.

As anomalias concretas do regime republicano em 1917 fizeram da democracia presidencialista a alternativa (mais viável que o modelo suíço) para “salvar a República” sem a denegação do ideal democrático, mas com a emergência perversa de um problema grave: a desequilibrada personalização do Poder Executivo, estimulada pela excessiva personificação colectiva na figura do Presidente da República e chefe do Governo.

Esta disfunção manteve-se e agravou-se até 14 de Dezembro por efeito de múltiplos factores de desestabilização, a saber: o atraso no arranque dos trabalhos constituintes do novo Congresso, que não chegará a discutir o projecto apresentado para debate e ao qual os integralistas foram alheios; a debilidade estrutural do P.N.R., formado a partir do Partido Centrista, indefinido como partido unitário (não dizemos único...) ou como partido competitivo em sistema bipartidário, e incapaz de integrar num “bloco” coeso algumas das tendências estruturantes (evolucionistas e unionistas) do campo republicano e dos campos até então excluídos (católico e monárquico); ou ainda a forte

tensão (rivalidades, intrigas, disputas sectárias, etc.) vivida no seio da própria rede sócio-política de apoio – tensão essa patente em torno, por exemplo, da discussão táctica sobre presidencialismo e parlamentarismo ou sobre o modo mais adequado e eficaz de neutralizar e contrariar os intuitos/actos subversivos dos adversários. O alegado perigo bolchevista e as ameaças concretas dos democráticos foram, porém, fechando o cerco e conseguindo impelir cada vez mais a *República Nova* para a prática da força repressiva como método circunstancial e desesperado de defesa. Um método que, noutras circunstâncias, Sidónio Pais teria enorme relutância em aceitar. E podemos mesmo admitir que ele acreditou no fim do “cerco” pela conjugação combinada do pós-guerra e da instauração definitiva de um Estado de Direito regulado pela nova Constituição presidencialista.

O quadro de instabilidade da situação dezembrista/sidonista tornou-se, pois, irrefragável e relacionado não só com os factores apontados, mas também com as questões financeiras e sócio-económicas num contexto de guerra total e num país de economia periférica com o velho espectro do *déficit* orçamental, além da deficiente cadeia produtiva, elevada inflação, ruptura no abastecimento dos géneros de primeira necessidade, etc.

A resposta dos Governos sidonistas a esta crise global não divergiu das políticas vindas de trás, que desenhavam já um crescente intervencionismo estatal intrínseco à própria evolução do imperialismo capitalista europeu entre 1870 e 1918. Foi uma resposta incipiente, desigual e condicionada interna e externamente, mas mesmo assim baseada, por um lado, na assumpção, que julgamos incontestável face aos dados conhecidos, de compromissos anteriores como o de manter e reorganizar o C.E.P. e, por outro, num frenético esforço reformista, testemunhado por abundante legislação produzida nuns escassos doze meses e em várias direcções: apoio à agricultura (ponto constante do programa centrista) traduzido, aliás, na criação de um Ministério/Secretaria de Estado para o sector e na política de preços agrícolas; apoio ao ensino técnico-industrial e comercial com vista a um efectivo desenvolvimento da indústria e do comércio nacionais, apesar de medidas pontuais que penalizavam as importações e os beneficiários directos dos açambarcamentos de géneros; abertura aos grupos conservadores e ao campesinato face à crescente hostilidade dos chamados partidos “históricos”,

explicando-se, assim, um novo regresso de monárquicos ao Exército através da rede sócio-política da *República Nova*.

A presença de monárquicos no seio da República baseou-se, porém, num compromisso equívoco de irrevogabilidade do princípio republicano; e a mesma estratégia envolveu os católicos, atraídos pela revisão da “intangível” e por um pacote de cedências, cujos limites ficaram nitidamente expressos no *Título VI, art. 83.º* do projecto de Constituição, cuja versão pronta para debate fomos descobrir no Arquivo Histórico-Parlamentar há meia dúzia de anos.

A morte brusca, a tiro, do Presidente da República sob a forma aparente de um “acto individual e isolado” do presuntivo assassino José Júlio da Costa derivou, no fundo, de um intenso *complot* democrático, associado a outras confluências anti-situacionistas. E coincidiu, assim, com a “morte anunciada” do presidencialismo. Morte a que não foi de todo estranho Egas Moniz¹⁰, que, nos primeiros dias de Dezembro, partiu para Paris e Londres e daí aconselhou, em sucessivos telegramas para o seu Secretário particular e para os seus colegas no 16.º Governo, que fosse reposta a vigência plena da Constituição de 1911 em nome da estabilidade interna, da reconciliação republicana e da conveniente repulsa pelo “monarquismo germanófilo”, critérios e valores que urgia levar à Conferência de Paris a fim de cativar as boas graças das grandes democracias vencedoras. A intenção era compreensível, mas controversa e muito mal recebida nos círculos monárquicos, especialmente entre os militares das chamadas Juntas do Norte e Sul que pressionaram logo o presidencialista Tamagnini Barbosa para travar e inverter a pronunciada viragem da situação pós-sidonista “à esquerda”.

Arriscando embora uma analogia simplista e caricatural, talvez se possa dizer que a *República Nova* caiu da mesma maneira que a *República Velha* foi, segundo João Chagas, implantada em todo o país – por telégrafo...

Notas

¹ Veja-se como corolário lógico desta afirmação o volume sexto da *História de Portugal* dirigida por José Mattoso: RAMOS, Rui – A Segunda fundação (1890-1926). In MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal, 8 vols.* Lisboa: Círculo de Leitores, 1992-1993.

² Ver MOREIRA, Fernando – Introdução. In CASTRO, José Luciano de – *Correspondência política (1858-1911). Organização, introdução e notas de...* Lisboa: Quetzal Editores, 1998, p. 7-55; e SILVA, Armando B. Malheiro da; e DAMÁSIO, Luís Pimenta de Castro – *António Cândido, Sidónio Pais e a elite política amarantina, 1850-1922. Elementos para o estudo das raízes familiares de Amadeo de Souza Cardoso.* Amarante: Câmara Municipal, 2000, p. 55-96.

³ Seguimos de perto MATOS, Sérgio Campos – Da Crise da monarquia constitucional à primeira república em Portugal (1890-1910). In *España-Portugal. Estudios de Historia Contemporánea.* Dir. Hipólito de la Torre Gómez e A. Pedro Vicente. Madrid: Ed. Complutense, 1998, p. 51-64.

⁴ Ver SARDICA, José Miguel – *A Dupla face do franquismo na crise da monarquia portuguesa.* Lisboa: Edições Cosmos, 1994.

⁵ Ver, entre outros, AMARAL, Augusto Ferreira do – *A Acalmação e Dom Manuel II. Estudo histórico-político do primeiro ministério de D. Manuel II, baseado em numerosos documentos inéditos, incluindo cartas do Rei.* Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1966.

⁶ Sobre as origens genealógicas ver TRIGUEIROS, António Júlio Limpo; SILVA, Armando B. Malheiro da – Os Paes de Barcelos : subsídios genealógicos para a biografia do presidente da república Sidónio Paes. *Barcelos-Revista.* Barcelos. 2.ª série. 5 (1994) 107-182; e SILVA, Armando Barreiros Malheiro da; TRIGUEIROS, S. J., António Júlio Limpo – *Sidónio Pais. De Caminha ao Panteão Nacional. Retalhos ideológico-políticos, histórico-biográficos e genealógicos da memória.* Viana do Castelo: Centro de Estudos Regionais, 1999, p. 125-212.

⁷ Ver SILVA, Armando B. Malheiro da; DAMÁSIO, Luís Pimenta de Castro – *António Cândido, Sidónio Pais e a elite política amarantina, 1850-1922. Elementos para o estudo das raízes familiares de Amadeo de Souza Cardoso.* Amarante: Câmara Municipal, 2000.

⁸ Sobre a acção parlamentar constituinte de Sidónio Pais e as suas relações políticas com Egas Moniz ver SILVA, Armando B. Malheiro da – Egas Moniz e a política. Notas avulsas para uma biografia indiscreta. In *Egas Moniz em livre exame. Org. Ana Leonor Pereira e João Rui Piña.* Coimbra: MinervaCoimbra, 2000, p. 237-311.

⁹ Ver GONÇALVES, Eduardo Cândido Cordeiro – *Ressonâncias em Portugal da implantação da república no Brasil (1889-1895).* Porto: Reitoria da Universidade do Porto, 1995.

¹⁰ Ver SILVA, Armando B. Malheiro da – Egas Moniz e a política. In *em livre exame*, ob. cit.

Bibliografia

- ANTUNES, José Freire – *A Cadeira de Sidónio ou a memória do presidencialismo*. Mem Martins : Publicações Europa-América, [19—].
- ANTUNES, José Freire – “Os Cadetes de Sidónio”. *Diário de Notícias*. Lisboa. (Fev. 1982) 8.
- ANTUNES, José Freire – Sidónio revisitado por um jornalista. *Diário de Lisboa*. Lisboa. (11 Fev. 1982) 2.
- ARAÚJO, Alberto Filipe; SILVA, Armando Malheiro da – Homem novo e educação : para uma mitanálise do republicanismo português. In *História, educação e imaginário : actas do 4.º colóquio de história, educação e imaginário : Universidade do Minho, 29 de Novembro de 1999*. Braga: Departamento de Pedagogia/Instituto de Educação e Pedagogia/Universidade do Minho, 2000. p. 75-115.
- AZEVEDO, Ana Paula – As Más horas da Boa-Hora. *Expresso Revista*. Lisboa. (19 Jun. 1993) .
- BARROSO, Alfredo – Sidónio Pais, o artilheiro de Deus. In – *Janela indiscreta : diários, crónicas e retratos*. Lisboa : Quetzal, 1994. p. 201-207.
- BERNARDINO, Teresa – Sidónio o presidencialista. *Diário de Notícias*. Lisboa. (11 Maio 1982) 7.
- BRANDÃO, José – *Sidónio : contribuição para a história do presidencialismo*. Lisboa : Perspectiva & Realidades, 1983
Reed.: Lisboa : Publicações Alfa, 1990.
- CABRAL, Manuel Vilaverde – A Grande Guerra e o sidonismo : esboço interpretativo. *Análise Social*. Lisboa. 15:58 (1979) 373-392.
- CARVALHO, Serra de – O IV Presidente da república portuguesa nasceu em Caminha. *Ecos da Matriz*. Caminha. (Maio 1972) 3-4.
- DACOSTA, Fernando – As Seduções de Sidónio. *Visão*. Lisboa. 247 (11/17 Dez. 1997) 56-63.

- “O Drama de Sidónio e a crise de constitucionalidade em 1918” : [“Encontro de Gerações”. Ciclo de coloquios 1967/68, no Centro de Cultura Popular. Debate orientado por Dr. Henrique Barrilaro Ruas e participado por Dr. Bento Coelho da Rocha e Dr. José Vaz Serra de Moura, estudante de Direito]. *Diário de Notícias*. Lisboa. (5 Dez. 1967).
- ELOY, António – Sidónio : contribuição para a história do presidencialismo. *Revista Expresso*. Lisboa. (24 Set. 1983).
- FARIA, Manuel Lopes – Ainda a segunda morte de Sidónio Pais : resposta a um autodidacta. *Diário de Lisboa*. Lisboa. (15 Fev. 1982) 2.
- FARIA, Manuel Lopes – A Segunda morte de Sidónio pais ou os malefícios do amadorismo. *Diário de Lisboa*. Lisboa. (9 Fev. 1982) 2.
- FARINHA, Luís – Sidónio Pais em Berlim. *História*. Lisboa. Nova série. 16:2 (Nov. 1994) 28-37.
- FIGUEIREDO, Nelson de – Pontos altos da nossa trajectória dentro desta casa : o enterro de Sidónio Pais. *Revista da Associação dos Antigos Alunos do Colégio Militar*. Lisboa. 12:49 (Out.-Dez. 1977) 16-17.
- GARRIDO, Álvaro – Sidónio Pais : a edificação do mito. *História*. Lisboa. Nova série. 16:2 (Nov. 1994) 38-67.
- GOMES, Fátima Freitas; VERÍSSIMO, Nelson – *A Madeira e o sidonismo*. Funchal : Direcção Regional dos Assuntos Culturais, Governo Regional da Madeira, 1983.
- GONÇALVES, José António Sequeira – *Sidonio Pais e a participação portuguesa na guerra de 1914-1918*. Lisboa, 1989. 2 vol.
Dissertação de Mestrado orientada pelo professor doutor João Medina e apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Texto fotocopiado.
- ISIDRO, João – A Propósito do livro de José Brandão : a cada época seu sidonismo. *Tempo Magazine : suplemento Tempo*. (14 Jul. 1983) 8.
- LEAL, Ernesto Castro – Sidonismo e juventude : o Centro Federal Mocidade Republicana (1918). *Diário de Notícias*. Lisboa. (11 Jan. 1987).
- LEITE, Manuel da Costa – Os Erros do Sidónio. *Público*. Lisboa. (26 Jul. 1990).

MATA, Aida Maria Reis da; OLIVEIRA, José Fernando Vieira Lizardo Gomes Coelho de – *Intranquilidade e repressão no consulado sidonista*. Lisboa, 1981.

Texto fotocopiado.

MEDINA, João – Da “República Nova” ao “Estado Novo” : sidonismo e salazarismo. *História*. Lisboa. 3 (Jan. 1979) 2-13.

MEDINA, João – Um Documento inédito : o ingresso de Sidónio Pais na Maçonaria. *Diário de Lisboa*. Lisboa. (26 Jan. 1981) 3-4.

MEDINA, João – Fernando Pessoa e o messias : sobre a visão messiânica de Pessoa e o seu ideário político. In ENCONTRO INTERNACIONAL DE FERNANDO PESSOA : Um Século de Pessoa, Lisboa, 1988 – Actas do colóquio. Lisboa : Secretaria de Estado da Cultura, 1990. p. 229-239.

MEDINA, João – João Chagas entre dois ditadores. *Diário de Lisboa*. Lisboa. (10 Mar. 1981).

MEDINA, João – A Liga de Acção Nacional e o sidonismo. *Diário Popular*. Lisboa. (21 Dez. 1978).

MEDINA, João – Manuel Teixeira Gomes e Sidónio Pais. *Clio*. Lisboa. 2 (1980) 117-129.

MEDINA, João – *Morte e transfiguração de Sidónio Pais*. Lisboa : Edições Cosmos, 1994.

MEDINA, João – A Resistência dos democráticos durante o sidonismo. *Diário de Notícias*. Lisboa. (31 Ago. 1982).

MEDINA, João – Sérgio e Sidónio : estudo do ideário sergiano na revista ‘Pela Grei’ (1918-1919). In *Estudos sobre António Sérgio*. Lisboa : Centro de História da Universidade de Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988. p. 7-30.

MEDINA, João – Sérgio sidonista. *Diário Popular*. Lisboa. (4 Dez. 1978).

MEDINA, João – Sidónio Pais, chefe carismático. *Revista da Faculdade de Letras*. Lisboa. 5.^a série. 2 (Dez. 1984) 79-89.

- MEDINA, João – Varões republicanos : quatro retratos de vultos políticos da I república : Machado Santos, Afonso Costa, João Chagas e Sidónio Pais. *Clio*. Lisboa. Nova série. 2 (1997) 153-174.
- MELO, António – Sidónio Pais caudilho republicano, 1. *Público*. Lisboa, 14 de Dezembro de 1998. 22-23.
- MELO, António – O Duelo fatal com Bernardino Machado, 2. *Público*. Lisboa, 15 de Dezembro de 1998. 20-21.
- MENDANHA, Vítor – Presidente da república assassinado em Lisboa : a política de Sidónio. *Correio da Manhã*. Lisboa. (4 Mar. 1984) 28-29.
- MENESES, Filipe Ribeiro de – Sidónio Pais, the portuguese “New Republic” and the challenge to liberalism in Southern Europe. *European History Quarterly*. London. 28. 1 (1998) 109-130.
- MENESES, Filipe Ribeiro de – União Sagrada e sidonismo. Lisboa : Edições Cosmos, 2000.
- PAIXÃO, Vítor Braga – A Constituinte de 1911 : Teófilo, Afonso, Sidónio... *Anais da Academia Portuguesa da História*. Lisboa. 2.^a série. 23:2 (1976) 36-41.
- PEREIRA, José Pacheco – *As Lutas operárias contra a carestia de vida em Portugal : a greve geral de Novembro de 1918*. Porto : Portucalense Editora, 1971.
- PEREIRA, José Pacheco – O Sidonismo e o movimento operário. *Diário de Notícias*. 2.º Caderno Cultura. Lisboa. (23 Nov. 1978) 19.
- Um Perfil e uma obra : Sidónio Pais. *Vida Mundial*. Lisboa. 1487 (8 Dez. 1967) 25-28.
- PINTO, António Costa – O Fim da “República Nova” : com a morte de Sidónio Pais ruía também a experiência de congregação das forças conservadoras : o partido único só com o projecto político de Salazar encontraria terreno fértil. *Diário de Notícias*. Lisboa. (6 Jan. 1981).
- PINTO, Jorge – 1 – As Origens do fascismo em Portugal : a ditadura de Sidónio Pais. *Voz Popular*. Lisboa. (5 Set. 1978) 23.

- O Presidencialismo português*. Selecção e notas de José Pedro Goçaves. Lisboa : Iniciativas Editoriais, 1971.
- PROENÇA, Maria Cândida – A Experiência sidonista. *História*. Lisboa. 63 (Jan. 1984) 48-75.
- RAMALHO, Miguel Nunes – *Sidónio Pais : diplomata e conspirador (1912-17)*. Lisboa : Edições Cosmos, 1998.
- RAPOSO, A. Cunha – O Mistério do crime de 14 de Dezembro. In *Os Grandes enigmas de entre duas guerras*. Lisboa : Amigos do Livro, [19—]. tomo 1, p. 213-254.
- REGO, Raul – Os Cadetes de Sidónio. *Diário de Notícias*. Lisboa. (23 Jan. 1982) 8.
- ROCHA, Francisco Canais; LABAREDAS, Maria Rosalina – *Os Trabalhadores rurais do Alentejo e o sidonismo*. Lisboa : Edições 1 de Outubro, 1982.
- ROCHA JÚNIOR – Frases da hora final : o “Diário de Notícias” também teve a sua. *Diário de Notícias*. Lisboa. 101 (29 Dez. 1964).
- ROSAS, Fernando – A Crise do liberalismo e as origens do “autoritarismo moderno” e do estado novo em Portugal. *Penélope*. Lisboa. 2 (Fev. 1989) 98-114.
- SÁ, Vítor de – Reflexão (cronológica) sobre o sidonismo. *Revista da Faculdade de Letras. Série História*. Porto. 2.ª série. 6 (1989) 355-361.
- SAMARA, Alice – A Greve geral de Novembro de 1918 : “o trunfo é espadas”. *História*. Lisboa. 20. Nova série. 8 (Nov. 1998) 28-35.
- SERRÃO, Joel – Pessoa entre Sidónio e D. Sebastião. *Diário de Notícias*. 2.º Caderno *História*. Lisboa. (4 Mar. 1980) 13.
- Sidonio nasceu há 100 anos : Caminha responde. *Observador*. Lisboa. 62 (28 Abr. 1972) 58-59.
- SILVA, Armando B. Malheiro da – A Alemanha no princípio do século XX à luz da correspondência consular portuguesa. In *Portugal und Deutschland auf dem Weg nach Europa = Portugal e a Alemanha a*

- caminho da Europa*. Org. Marília dos Santos Lopes, Ulrich Knefelkamp, Peter Hanenberg. Pfaffenweiler : Centaurus, 1995. p. 47-67.
- SILVA, Armando B. Malheiro da ; DAMÁSIO, Luís Pimenta de Castro – *António Cândido, Sidónio Pais e a elite política amarantina, 1850-1922. : elementos para o estudo das raízes familiares de Amadeo de Souza Cardoso*. Amarante: Câmara Municipal, 2000.
- SILVA, Armando B. Malheiro da – Os Católicos e a “República Nova” (1917-1918) : da “questão religiosa” à mitologia nacional. *Lusitania Sacra*. Lisboa. 2.ª série. 8/9 (1996/1997) 385-499.
- SILVA, Armando B. Malheiro da Silva – A Escrita (vária) da história da I República Portuguesa. *Ler História*. Lisboa. 38 (2000) 197-254.
- SILVA, Armando B. Malheiro da ; TRIGUEIROS, António Júlio Limpo – *Sidónio Pais : de Caminha ao Panteão Nacional : retalhos ideológico-políticos, histórico-biográficos e genealógicos da memória*. Viana do Castelo: Centro de Estudos Regionais, 1998.
- SILVA, Armando Malheiro – Sidónio Pais (re)visitado. *Público*. Lisboa, 15 de Dezembro de 1998. p. 21.
- SILVA, Armando B. Malheiro da – *Sidónio e sidonismo : história e mito*. Braga : Universidade do Minho, 1997, 2 volumes.
Dissertação de doutoramento em História Contemporânea de Portugal.
- SILVA, Joaquim Palminha – *Jaime Batalha Reis na Rússia dos soviets ou dez dias que abalaram um diplomata português*. Porto : Edições Afrontamento, 1984.
- SUBTIL, José – Sidónio Pais : a ideia e a palavra. *Diário de Notícias*. Suplemento “História”. Lisboa. (11 Ago. 1983) 7.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano – *O Poder e a guerra, 1914-1918 : objectivos nacionais e estratégias políticas na entrada de Portugal na Grande Guerra*. Lisboa : Editorial Estampa, 1996.
- TELO, António José – Oitenta anos depois : compreender Sidónio. *História*. Lisboa. 20. Nova série. 9 (Dez. 1998) 11-25.

- TELO, António José – *O Sidonismo e o movimento operário português : luta de classes em Portugal, 1917-1919*. Lisboa : Ulmeiro, 1977.
- TRIGUEIROS, António Júlio Limpo; SILVA, Armando B. Malheiro da – Os Paes de Barcelos : subsídios genealógicos para a biografia do presidente da república Sidónio Paes. *Barcelos-Revista*. Barcelos. 2.^a série. 5 (1994) 107-182.
- TRINDADE, Luís – A Epidemia da gripe pneumónica : a morte anunciada. *História*. Lisboa. 20. Nova série. 8 (Nov. 1998) 36-45.
- VALENTE, Vasco Pulido – Estudos sobre Sidónio Pais. In *Estudos sobre a crise nacional*. Lisboa : Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1980. p. 243-318.
- VALENTE, Vasco Pulido – *A “República Velha” (1910-1917) : ensaio*. Lisboa : Gradiva, 1997.
- VARGAS, José Manuel de Jesus – *Sidónio Pais, deputado e ministro (1911-1912) : trabalho para o Seminário ‘O Sidonismo’ dirigido pelo Prof. Dr. João Medina, 1980/1981*. Lisboa, 1981.
Texto fotocopiado.
- WHEELER, Douglas L. – *História política de Portugal, 1910-1926*. Mem Martins : Publicações Europa-América, [19—].

Separata de FORUM, Braga, 32, Jul-Dez 2002